


Tema: <b>Sector Vitivinícola</b>					Âmbito: <b>Nacional</b>	Tiragem: <b>131839</b>
Título: <b>Taxas mínimas de bebidas alcoólicas subirão até 31%</b>					Temática: <b>Generalista</b>	GRP: <b>11.7</b>
2006/09/09	<b>JORNAL DE NOTÍCIAS – PRINCIPAL</b>	Pág. <b>19</b>	Imagem: <b>1/1</b>		Periodicidade: <b>Diária</b>	Inv.: <b>3750.00</b>

## Impostos

# Taxas mínimas de bebidas alcoólicas subirão até 31%

► Proposta de Bruxelas terá impacto limitado em Portugal e apenas no vinho do Porto

**Allexandra Lobão**  
Correspondente em Bruxelas

A Comissão Europeia propôs ontem aumentos até 31% das taxas mínimas do Imposto Especial sobre o Consumo de bebidas alcoólicas em vigor na União Europeia.

Para Portugal, a proposta de actualização de taxas apenas implica a cobrança de uns irrisórios 0,0309 euros por garrafa de 70 cl em direitos adicionais, e só para os chamados “produtos intermédios”, categoria na qual se incluem, por exemplo, vinhos generosos ou fortificados, como o vinho do Porto. No caso português, a taxa aplicada a este tipo de vinhos, presente-mente de 54,57 euros por hecto-litro, sobe 8,1%.



MANUEL CORREIA / ARQUIVO.JN

**Vinho** continuará, em Portugal, com o regime de taxa zero

## Receitas do imposto em Portugal

**180**  
milhões de euros

Foi a receita do imposto sobre o álcool e bebidas alcoólicas em 2005, no continente.

O impacto da proposta ontem divulgada não se fará sentir em mais nenhuma categoria das bebidas abrangidas pelo imposto em causa, porque, por um lado, o Estado português aplica um regime de taxa zero ao vinho e, por outro, no caso das cervejas e das bebidas espirituosas, as taxas praticadas já são superiores aos novos tectos recomendados pelo Executivo comunitário. Nas bebidas espirituosas, são de 937,1

euros por hectolitro e nas cervejas variam entre 8,10 e 22,7 euros, consoante o tipo de produto.

Com esta medida, Bruxelas pretende ajustar o valor das taxas mínimas à evolução da inflação entre 1992 e 2005.

Fontes comunitárias admitiam, ontem, que a pressão exercida pelos governos dos países produtores de vinho e pelas respectivas organizações vitivinícolas – sobretudo, países do Sul, entre os quais Portugal – inviabilizou quaisquer mexidas no sistema actual de taxas que permite que esta bebida fique isenta.

Se aprovadas pelos ministros das Finanças dos Vinte e Cinco, as novas taxas entrarão em vigor a 1 de Janeiro de 2008. Os países que forem forçados a aumentar as taxas mínimas em proporções entre 10 e 20% poderão beneficiar de um período de transição até 1 de Janeiro de 2009; os que sofrerem aumentos superiores a 20% poderão adaptar-se até 1 de Janeiro de 2010.

Segundo o Ministério português das Finanças, em 2005, no continente, as receitas do imposto sobre o álcool e as bebidas alcoólicas atingiram o montante de 179,9 milhões de euros. <